

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Mudar regulação do pré-sal é repetir erro já cometido	2
Título: Petrobras aumenta preço do gás industrial em 5% nas refinarias	3
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	4
Título: ANP pode alterar regra para compra de combustível	4
Título: Térmicas caras ficam mais uma semana ligadas.....	5
Título: ANP ainda deve R\$ 122 mi para importadores.....	5
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	6
Título: Riscos crescentes no mercado do petróleo	6
Título: » Fechando a conta.....	7
VEÍCULO: Correio Braziliense	7
Título: Com gasolina cara, vale a pena usar etanol.....	7
VEÍCULO: Valor Econômico	9
Título: Leilão do pré-sal deve atrair investidor, mas incerteza política pesa.....	9
Título: Curtas	11
Título: Engie diversifica negócios para manter crescimento no Brasil	11
Título: Plano visa faturamento de R\$ 1 bi em serviços	13
Título: CSN e governo do Rio fazem acordo sobre usina de aço.....	15
Título: ABB aposta em energia e expande fábrica	16
Título: Justiça da Holanda permite ação coletiva contra Petrobras	18

VEÍCULO: O Globo**Data: 20/09/2018****Seção: Editorial****Autor:****Título: Mudar regulação do pré-sal é repetir erro já cometido**

Ajustes feitos nas regras se mostram corretos e têm ajudado a atrair o interesse de investidores

Se o próximo governo não interromper a reorganização da Petrobras, resgatada dos escombros do petrolão e das falhas gerenciais e de estratégia cometidas nos governos lulopetistas, é possível que o Brasil ganhe na loteria mais uma vez em curto espaço de tempo.

O primeiro prêmio, não resgatado, veio com Lula e Dilma, quando a cotação do petróleo passou dos US\$ 100 o barril, e a estatal confirmou a importância do pré-sal. Aquele era um momento de virada da empresa e, em certa medida, do próprio país.

Isso foi entendido por Lula, mas o cacoete nacional-populista e a decisão de usar os gigantescos investimentos no setor para gerar propinas a fim de financiar o projeto de poder do PT e aliados fizeram o país e a empresa perder aquela oportunidade. Levaram cinco anos sem fazer leilões, para desenhar um outro modelo de regulação, estatista. E o resultado foi que ganharam na loteria, mas não levaram.

A Lava-Jato desvendou o assalto à estatal, o petróleo caiu de cotação, e o próprio modelo lulopetista de exploração do pré-sal desabou como castelo de cartas, espalhando prejuízos bilionários. A estatal baqueou, bem como seus parceiros. Petistas e sócios da empreitada tiveram de acompanhar o escândalo da cadeia.

Se as condições regulatórias continuarem as mesmas e a economia mundial resistir ao tranco da guerra comercial entre EUA e China, o país poderá se beneficiar bastante de uma nova fase na exploração do pré-sal. Há condições muito favoráveis para isso.

O petróleo se recuperou — está acima de US\$ 75, depois de ter chegado a US\$ 35 —, o que tem aumentado ainda mais a rentabilidade da exploração do pré-sal. E isso faz o interesse mundial aumentar em relação à área.

Prevê-se para o ano que vem o leilão do que excede da área da chamada “cessão onerosa” da União à estatal. A empresa pagou pelo direito de explorar cinco bilhões de barris, mas a formação se mostrou mais produtiva. E parte dela será oferecida ao mercado.

Estima-se que o leilão arrecadará no mínimo US\$ 25 bilhões —hoje, mais de R\$ 100 bilhões, capazes de resolver a equação fiscal do ano. Deverá ser o maior leilão do mundo.

Também contribuem para a atratividade as mudanças feitas nas normas de exploração do pré-sal, que retiraram delas o viés estatista—desobrigar a Petrobras de ter participação em todos os consórcios e quebrar o seu monopólio na operação. Nem mesmo a estatal queria estas “vantagens”, devido ao seu custo.

Além disso, a empresa, pelos avanços tecnológicos que acumula, é considerada parceira ideal por grupos estrangeiros. Para isso não foi preciso a mão pesada do Estado.

VEÍCULO: O Globo

Data: 20/09/2018

Seção: Economia

Autor: Ramona Ordoñez e Bruno Dutra

Título: Petrobras aumenta preço do gás industrial em 5% nas refinarias

Botijão residencial, ainda sem reajuste, é vendido por até R\$ 80 no Rio

O gás de uso industrial e comercial fica mais caro hoje. A Petrobras vai reajustar em 5% os preços do GLP nas refinarias. O Sindigás, que reúne as empresas distribuidoras de GLP no país, informou que o aumento de preço será entre 4,8% e 5,2%, dependendo do polo de suprimento, nas unidades da petroleira. O GLP de botijão de 13 quilos, para consumo residencial, não sofreu reajustes — mas o produto já é vendido por até R\$ 80 em algumas áreas do Rio.

O GLP de uso industrial e comercial representa cerca de 30% do mercado e é vendido em embalagens de 20 kg, 45 kg, 90 kg e 190 kg, além de tanques

reabastecidos por caminhões a granel. O último reajuste, de 4,4%, havia ocorrido em 5 de julho.

De acordo com o Sindigás, com o novo reajuste, os preços de venda do GLP de uso industrial e comercial estão 15% acima daqueles do mercado internacional. A entidade afirma que esse ágio “impacta de forma crucial empresas que operam com uso intensivo de GLP.” Atualmente, o preço do granel na Petrobras está 65,38% acima do valor do botijão de consumo residencial.

REVENDEDORES ILEGAIS

Segundo a pesquisa semanal da Agência Nacional do Petróleo (ANP), o preço médio do botijão de 13kg no Rio é de R\$ 63,75 —12% a mais do que os R\$ 56,87 observados no mesmo período do ano passado. Dependendo do bairro, a diferença de preços chega a R\$ 30. O botijão é comercializado a R\$ 50 nos pontos de venda mais baratos, como no bairro de Jardim América, na Zona Norte, enquanto em Santa Cruz, na Zona Oeste, é encontrado por até R\$ 80.

Nas refinarias da Petrobras, o botijão de 13kg é vendido a R\$ 23,10. A próxima revisão (que pode manter o preço, reduzi-lo ou aumentá-lo) ocorrerá em 5 de outubro.

José Luiz Rocha, presidente da Associação Brasileira de Entidades de Classe das Revendas de GLP, ainda aponta um problema na comercialização do produto:

—Além dos credenciados, existem os ilegais, especialmente no Rio, o que dificulta a política de preços na revenda.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 20/09/2018

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: ANP pode alterar regra para compra de combustível

Rio de Janeiro- A ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) abriu processo para estudar mudanças no marco legal da distribuição de combustíveis no país. Em nota, a agência diz que o objetivo é ampliar a competição no setor, com a retirada de barreiras regulatórias.

Entre as medidas em estudo, está a permissão de que postos de gasolina comprem combustíveis direto nas refinarias ou com importadores, sem a intermediação de distribuidoras, hoje obrigatória. Por outro lado, permite que

as distribuidoras tenham seus próprios postos, eliminando as restrições atuais à verticalização.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 20/09/2018

Seção: Mercado

Autor:

Título: Térmicas caras ficam mais uma semana ligadas

Brasília- O CMSE (Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico) decidiu nesta quarta-feira (19) manter acionadas por ao menos uma semana as usinas termelétricas mais caras, que estão elevando o valor da conta de luz.

Esses equipamentos já deveriam estar desligados se fossem seguidas as orientações de modelos computacionais que guiam a operação do setor, disse uma fonte com conhecimento do assunto.

A determinação do comitê do governo federal tem como objetivo ajudar a manter o nível de reservatórios das hidrelétricas, que foram afetados pela seca.

As hidrelétricas são principal fonte de geração de energia elétrica do Brasil. Técnicos defendem que elas devem entrar no chamado período úmido, quando as chuvas são mais abundantes a partir de novembro, em condições mais favoráveis.

O CMSE deve se reunir novamente na próxima semana, em caráter extraordinário, para uma nova avaliação sobre o cenário, disse a fonte, na condição de anonimato.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 20/09/2018

Seção: Mercado

Autor:

Título: ANP ainda deve R\$ 122 mi para importadores

RIO DE JANEIRO- A Associação Brasileira das Importadoras de Combustíveis (Abicom) ainda aguarda a aprovação de pagamentos atrasados de cerca de R\$ 122 milhões pela ANP (Agência Nacional do Petróleo), no âmbito do programa de subsídio ao diesel do governo federal, afirmou o presidente da entidade Sérgio Araújo, nesta quarta-feira (19). Outros cerca de R\$ 6 milhões, aguardados pela associada Petro Energia, foram aprovados na terça-feira (18) pela ANP

Problemas no programa governamental de subsídio têm reduzido as importações privadas. Com isso, especialistas alertam sobre o risco de suprimento do combustível no quarto trimestre, uma ameaça que a ANP descarta, em meio a uma atuação mais forte da Petrobras.

Do total de valores atrasados para os associados da Abicom, de cerca de R\$ 128 milhões, todos referentes à segunda fase do programa de subvenção, Araújo afirmou que R\$ 83 milhões deveriam ter sido pagos no dia 26 de julho, enquanto cerca de R\$ 45 milhões estavam previstos para 20 de agosto.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 20/09/2018

Seção: Editorial

Autor:

Título: Riscos crescentes no mercado do petróleo

A redução da demanda na União Europeia e na Ásia afetou as previsões sobre o mercado de petróleo e derivados feitas pela Agência Internacional de Energia (IEA, na sigla em inglês). O último Relatório do Mercado de Petróleo da IEA nota que o ritmo de expansão da demanda diminuiu ligeiramente neste ano e o risco é de que o ano que vem seja mais afetado. Ao Brasil convém um mercado de petróleo forte, pois o País é grande exportador de óleo bruto e as cotações elevadas da commodity têm ajudado a Petrobrás a corrigir os enormes desequilíbrios gerados no período Dilma Rousseff. Por ora, a demanda da China e da Índia segue expressiva, o que ajudou a elevar as cotações do óleo tipo Brent de cerca de US\$ 70 o barril, em princípios de agosto, para perto de US\$ 80 o barril, no início de setembro, segundo o Relatório do Mercado de Petróleo.

A alta se deveu, em grande medida, ao declínio da produção da Venezuela e à aplicação das sanções norte-americanas às exportações de petróleo do Irã. A IEA estima que a produção venezuelana atingiu 1,24 milhão de barris/ dia (b/d), continua caindo e poderá atingir apenas 1 milhão de b/d nos próximos meses. Ante o embargo norte-americano, o Irã exportará cerca de 500 mil b/d a menos, o que poderá tornar o mercado do petróleo mais apertado. Porém esta não é uma questão pacífica. A piora das perspectivas sobre o avanço da economia global e os preços altos são os principais problemas para o mercado do petróleo. Mas, apesar do declínio da oferta da Venezuela e do Irã, outros países estão extraíndo mais óleo, como a Líbia, o Iraque e a Nigéria.

A Arábia Saudita também elevou a oferta e os Estados Unidos estão produzindo mais shale gas, estimulados pela melhoria das cotações do óleo bruto. A produção norte-americana deverá crescer o equivalente a 1,7 milhão de b/d

neste ano e 1,2 milhão de b/d no ano que vem. Os analistas da IEA acreditam que “estamos entrando num período crucial para o mercado do petróleo”, ressaltando que as cotações entre US\$ 70 e US\$ 80 o barril, estão sendo testadas. Citado no estudo da IEA, o Brasil seria uma “grande história de sucesso” em 2018, mas “vários problemas têm impedido o crescimento” da produção de petróleo no País, que avançou apenas 30 mil b/d até agora, contra estimativa preliminar de 260 mil b/d.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 20/09/2018

Seção: Colunas

Autor:

Título: » Fechando a conta.

Coluna do Broadcast

Por conta da explosão em seu gasômetro na unidade de Ipatinga (MG), a Usiminas teve que adquirir 35 mil toneladas adicionais de placas de aço no mês passado para garantir o abastecimento de sua produção. A usina teve que ficar parada por alguns dias, logo após o ocorrido.

» Fora de casa. A siderúrgica mineira, que está com a sua atividade primária em Cubatão (SP) paralisada há mais de dois anos, vem comprando placas de terceiros - como da Ternium (ex-CSA) e da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP). No segundo trimestre deste ano, a Usiminas processou 357 mil placas adquiridas. Procurada, a Usiminas não comentou.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 20/09/2018

Seção: Economia

Autor: Andressa Paulino

Título: Com gasolina cara, vale a pena usar etanol

Depois que a gasolina atingiu o patamar de R\$ 5 por litro, o uso do etanol para abastecer o carro tornou-se vantajoso em muitas regiões do país. No Distrito Federal, segundo levantamento realizado pelo Correio, o preço do biocombustível varia de 64% a 69% do valor cobrado pelo produto derivado de petróleo, o que tem levado muitos consumidores a preferir o álcool na hora de encher o tanque. Como regra geral, o uso do etanol vale a pena sempre que custar até 70% do preço da gasolina.

Em 23 dos 30 postos do DF pesquisados já é mais vantajoso abastecer com etanol. Em apenas dois deles o valor cobrado pelo álcool ainda não torna o produto uma boa opção. E cinco dos estabelecimentos visitados não vendem o biocombustível.

Não é apenas no Distrito Federal que abastecer com etanol se tornou mais econômico. De acordo os dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), compilados pela União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), a relação de preço entre os dois combustíveis tem ficado abaixo de 70% em sete estados, além do Distrito Federal.

Em regiões em que o uso do combustível renovável é mais consolidado, o preço do etanol chega a ficar abaixo de 60% do cobrado pela gasolina, como em Mato Grosso, São Paulo, Minas Gerais e Goiás. Mas, em estados onde o biocombustível é, normalmente, pouco atrativo para o consumo, os preços também se tornaram vantajosos. No Rio de Janeiro, por exemplo, o biocombustível custa em média 66,5% do valor da gasolina.

O educador financeiro Jônatas Bueno, no entanto, lembra que é importante calcular sempre os custos de abastecer com álcool e com a gasolina. “O etanol, via de regra, está mais barato. Mas o consumidor ainda não pode sair abastecendo com etanol sem fazer as contas na ponta do lápis”, afirmou. De acordo com ele, é preciso também testar o consumo do carro e avaliar qual dos combustíveis vale a pena para o tipo de veículo que cada um possui.

O servidor público Sátiro Silva, 50 anos, disse que, depois que a gasolina passou a custar R\$ 5, passou a abastecer o carro só com etanol. De acordo com ele, a diferença não é muito grande, mas alivia o bolso. “Eu gasto cerca de R\$ 600 por mês com combustível; então, qualquer economia que posso fazer é válida”, explicou. Para ele, o biocombustível só não é mais econômico por conta dos aumentos consecutivos que acompanham a cotação da gasolina. “Antes, a gente achava etanol por R\$ 2,30 o litro. Agora, no local mais barato em que consigo abastecer, sai por R\$ 3,20. Os dois combustíveis aumentaram juntos”, explicou.

Sátiro disse que está se tornando cada vez mais difícil encontrar alternativas para deixar o custo com transporte mais econômico. “Não tem para onde fugir. Em Brasília, é tudo muito longe, e a população não pode contar com um transporte público de qualidade. Assim, ficamos de mãos atadas”, criticou.

Jônatas Bueno aconselha os consumidores a pagar o combustível sempre à vista, seja em dinheiro, seja com cartão de débito. É uma forma, segundo ele, de não se endividar. “Além de economizar com o desconto dado a quem paga à

vista, o consumidor também evita a dívida prolongada”, explicou o educador financeiro.

*** Estagiária sob supervisão de Odail Figueiredo**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 20/09/2018

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho, Rodrigo Polito e Cláudia Schüffner | Do Rio

Título: Leilão do pré-sal deve atrair investidor, mas incerteza política pesa

Com a postergação do megaleilão dos excedentes da cessão onerosa, para 2019, a 5ª Rodada do pré-sal ganha ainda mais importância dentro da estratégia das petroleiras. A depender do desfecho das eleições presidenciais, avaliam especialistas do setor, a licitação da semana que vem poderia ser até a última oportunidade de aquisição de blocos no polígono do pré-sal nos próximos anos.

A duas semanas do primeiro turno das eleições e às vésperas do leilão, altos executivos das principais petroleiras do mundo se reúnem na semana que vem, no Brasil, para participar da Rio Oil & Gas, maior feira e congresso do setor na América Latina. Líderes das grandes multinacionais circularão pelos corredores do evento com um olho em novos negócios e outro no debate político.

Durante os dois anos de governo Michel Temer, uma série de mudanças regulatórias - como a flexibilização da política de conteúdo local e o fim da operação única da Petrobras no pré-sal - ajudou a criar um clima de negócios mais favorável para as petroleiras. Tanto que, desde 2017, elas já desembolsaram R\$ 21 bilhões nos leilões, para aquisição de ativos. A preocupação, agora, é que essas mudanças regulatórias sejam desfeitas.

Os candidatos à Presidência dividem-se quanto ao futuro dos leilões do pré-sal e sobre uma série de outros temas de interesse das petroleiras, como conteúdo local e desinvestimentos da Petrobras. Na visão do mercado, entre os mais bem colocados nas pesquisas, ao menos dois - Fernando Haddad (PT) e Ciro Gomes (PDT) - ensaiam discursos mais estatizantes.

O presidente da Queiroz Galvão Exploração e Produção (QGEP), Lincoln Guardado, defende a importância de que não haja retrocessos. Em entrevista ao **Valor**, ele destacou que o setor vem ganhando fôlego e que as principais razões para isso foram as mudanças regulatórias e a criação de um calendário de leilões.

"A estabilidade jurídica é fundamental para que o setor mantenha o ritmo que conseguiu desde o ano passado, com a volta dos leilões. O Brasil tem um grande potencial para a exploração e a produção de petróleo, com qualidade indiscutível de produto. Manter o progresso que tivemos na indústria é essencial para seguirmos no limiar de investimentos bilionários que o país se encontra hoje", disse.

Em entrevista publicada nesta semana pelo **Valor**, a presidente da ExxonMobil no Brasil, Carla Lacerda, destaca que as mudanças regulatórias recentes justificaram a participação da petroleira nos últimos leilões. Desde o ano passado, a ExxonMobil pagou R\$ 6,7 bilhões, em bônus, por 23 áreas.

Para o presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP), José Firmo, a expectativa é que o interesse das petroleiras pelos últimos leilões se mantenha ativo na 5ª Rodada. Ele disse que busca a aproximação com os candidatos, para mostrar que o óleo e gás é parte importante para geração de investimentos e que espera que o próximo governo continue a avançar com a agenda da competitividade implementada nos últimos anos.

Ele acredita que, independentemente de quem vença as eleições, uma das principais pautas a nortear o diálogo entre o setor e o próximo governo será discutir o ritmo de continuidade dos leilões. "A que velocidade vamos querer converter nossas reservas em riquezas. Essa será a discussão?", disse.

Mauro Chávez Rodriguez, analista da consultoria Wood Mackenzie, por sua vez, vê a modernização do marco regulatório do gás como um dos pontos prioritários a serem discutidos. "Depois da flexibilização do conteúdo local esse se tornou talvez uma das principais demandas do setor, porque o marco atual inibe investimentos. E já há alguns projetos do pré-sal, hoje, que precisam de uma solução para o gás para serem viáveis economicamente", disse o especialista.

Ao todo, 12 empresas se inscreveram na 5ª Rodada: Petrobras, ExxonMobil, Chevron, Total, BP, Shell, Equinor, Ecopetrol, as chinesas CNOOC e CNPC, a alemã Wintershall, a qatariana QPI.

Serão ofertadas quatro áreas nas bacias de Santos e Campos: Saturno, Titã, Pau Brasil e Sudoeste de Tartaruga Verde (a única pela qual a Petrobras exerceu direito de preferência na aquisição). Saturno e Titã estavam incluídas na 15ª Rodada de concessões, mas foram retiradas daquela licitação pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que considerou que elas eram áreas estratégicas e que deveriam, portanto, ser licitadas sob o regime de partilha. Se todas elas forem arrematadas, o governo arrecadará R\$ 6,82 bilhões em bônus. Nas rodadas do

pré-sal, a competição se dá pelo percentual de excedente em óleo oferecido à União.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	20/09/2018
Seção:	Brasil
Autor:	
Título:	Curtas

Térmicas mantidas

O Comitê de Monitoramento de Setor Elétrico decidiu manter o despacho de usinas termelétricas mais caras (geração a R\$ 766,28/ MWh) entre 22 e 28 de setembro. As térmicas continuarão sendo acionadas fora da "ordem de mérito", o que permite poupar água nos reservatórios das usinas hidrelétricas.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	20/09/2018
Seção:	Empresas
Autor:	Rodrigo Polito Do Rio
Título:	Engie diversifica negócios para manter crescimento no Brasil

Maior geradora privada do país, a Engie, que completa 20 anos de atuação no mercado brasileiro, com a vitória dos leilões da concessão da hidrelétrica de Cana Brava e da privatização da Gerasul, então braço de geração da Eletrosul, em 1998, planeja diversificar suas fontes de receita no Brasil. A meta faz parte da estratégia de descarbonização do grupo francês em âmbito global e da necessidade de recomposição do seu portfólio no Brasil, com o vencimento da concessão de quase 40% de seu parque gerador no país até o fim de 2030.

O objetivo da companhia é manter o crescimento no segmento hidrelétrico e ampliar o volume de negócios nas áreas de transmissão de energia, geração distribuída (GD) e serviços para empresas, consumidores residências e administrações públicas.

"Estamos em uma fase de mais desafios e mais oportunidades, diversificando para [investimentos em] linhas de transmissão. Além disso, estamos olhando a continuidade da empresa, porque, quando compramos [a Gerasul], as

concessões hidrelétricas tinham trinta anos. Já usamos dois terços [da concessão]. Faltam dez anos para termos o término daquelas concessões iniciais", afirmou o presidente da Engie no Brasil, Maurício Bähr, ao **Valor**.

"Vamos ter que reconquistá-las, mas ao mesmo tempo, já estamos investindo em outras [concessões], para fazer com que haja uma substituição natural, caso a gente não ganhe as nossas próprias [usinas]", acrescentou o executivo.

Diretor-superintendente da Tractebel (antigo nome da Engie) no país, na época da privatização da Gerasul, Bähr destacou que, nos últimos 20 anos, o valor de mercado da empresa quadruplicou, totalizando atualmente cerca de R\$ 24 bilhões. No mesmo período, o parque gerador cresceu de 3,2 mil MW para cerca de 13 mil MW, dos quais 9,2 mil MW de propriedade do grupo francês.

"Agregamos valor para a sociedade, para os acionistas minoritários e controladores e para o país", disse Bähr. "É uma história interessante de continuidade de investimentos, em que todo mundo ganhou. Foi uma privatização paga 100% com recursos próprios, sem financiamento. Uma história que mostra que é possível fazer a privatização dar certo. Não só se vende um ativo que consome recursos, mas o novo acionista continua investindo, crescendo a empresa, recolhendo mais impostos. É uma história de extremo sucesso que queremos continuar replicando", completou o executivo.

Mesmo com a estratégia de diversificação de investimentos, a fonte hidrelétrica continuará sendo o carro-chefe da Engie no país. Segundo Bähr, a empresa planeja construir novas usinas do tipo no Brasil, quando novos projetos voltarem a ser ofertados ao mercado em leilões.

Para investir no segmento, porém, o executivo disse ser fundamental que o governo equacione o problema do risco hidrológico, medido pelo GSF (sigla em inglês para o fator de ajuste de garantia física das usinas), que hoje onera os geradores hidrelétricos principalmente por fatores que não estão sob controle deles.

"A expansão hidrelétrica pode ser um caminho interessante, mas precisamos resgatar os projetos. O governo acabou deixando um pouco de lado o licenciamento [ambiental]. Hoje, não há nada para ser leiloado", afirmou Bähr. "Precisamos resolver a questão do GSF. Enquanto persistir essa situação, vai ser difícil atrair investidores para hidrelétricas", completou.

Em agosto, o **Valor** informou que os acionistas da Energia Sustentável do Brasil (ESBR), consórcio dono da hidrelétrica de Jirau, no rio Madeira (RO), do qual a Engie possui 40% de participação, já haviam aportado R\$ 3 bilhões a mais do que o previsto inicialmente no projeto, devido às despesas com GSF. Além da

francesa, integram o consórcio as estatais Eletrosul (20%) e Chesf (20%) e a japonesa Mitsui (20%).

Com relação ao segmento de geração termelétrica, a empresa mantém o plano de venda de seus ativos de geração a carvão no país, totalizando cerca de 1,2 mil MW. Após a negociação com a americana ContourGlobal não ter avançado, o Valor informou no início do mês que a chinesa State Power Investment Corporation (SPIC) está negociando a aquisição de uma das usinas do portfólio da Engie, a térmica de Pampa Sul, de 340 MW, ainda em construção.

Questionado sobre o assunto, Bähr não comentou o nome de potenciais compradores. "O processo está em aberto ainda. Vamos continuar perseguindo a venda do ativo. Na hora que houver uma proposta, uma coisa firme, poderemos divulgar par ao mercado e poderá ser público".

Com relação a aquisições de empresas e ativos de energia, o presidente da Engie o Brasil não sinalizou interesse nas participações minoritárias em eólicas e linhas de transmissão colocadas à venda da Eletrobras e que irão a leilão na próxima semana. Sobre a Cesp, ele disse estar acompanhando o processo de privatização.

O presidente da Engie, porém, ressaltou que o maior interesse da empresa hoje é a aquisição da Transportadora Associada de Gás (TAG), empresa da Petrobras que reúne gasodutos da companhia no Norte e Nordeste, com extensão total de cerca de 4,5 mil km, um negócio estimado pelo mercado em cerca de US\$ 8 bilhões. O processo de privatização da TAG está suspenso após decisão liminar do ministro do Supremo Tribunal Federal Ricardo Lewandowski que proíbe a venda de ativos estatais sem a aprovação prévia do poder legislativo.

Em transmissão de energia, segmento em que a Engie ingressou no fim de 2017, arrematando um lote em leilão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) somando 1,1 mil km de linhas no Paraná, com investimentos estimados em R\$ 2 bilhões, Bähr contou que a meta do grupo é, pelo menos, triplicar o tamanho de seu portfólio, totalizando 3 mil km, para ganhar escala.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 20/09/2018

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Plano visa faturamento de R\$ 1 bi em serviços

O grupo francês Engie pretende adquirir mais empresas para acelerar o crescimento na área de serviços de energia e alcançar faturamento anual de R\$ 1 bilhão com o negócio no Brasil. O faturamento da empresa com o segmento hoje é de aproximadamente R\$ 400 milhões ao ano.

"Queremos chegar rapidamente a R\$ 1 bilhão [de faturamento com serviços de energia]. Vamos ter que comprar mais empresas, além de crescer organicamente", afirmou o presidente da Engie no Brasil, Maurício Bähr, ao **Valor**.

Apenas neste ano, a subsidiária do grupo francês fez três grandes aquisições no setor: a ACS, empresa de monitoramento remoto de consumo de energia, a GV Energy, consultoria especializada em gestão de energia, e os 50% remanescentes na Engie Solar, especializada em soluções geração distribuída a energia solar para uso residencial, comercial e industrial.

Uma das principais apostas da companhia é no fornecimento de sistemas para administrações públicas e grandes consumidores. Nessa linha, a Engie desenvolveu um sistema operacional para utilização nos centros de controle e de coordenação, para vigilância e supervisão de áreas urbanas ou privadas e para a gestão de cidades inteligentes.

Um primeiro modelo do tipo foi instalado na cidade de Niterói, na região metropolitana do Rio de Janeiro, e tem sido utilizado para otimizar o funcionamento de sinais de trânsito, a partir de sensores que detectam o volume de tráfego em cada via. No primeiro local em que foi instalada, a tecnologia já possibilitou uma redução de 30% do tempo de espera no cruzamento.

O projeto, que contou com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), teve investimentos de R\$ 30 milhões.

"Niterói foi o primeiro. Queremos usar isso [o projeto] como plataforma para instalar em outras cidades", explicou Bähr.

A Engie também analisa oportunidades na área de iluminação pública, por meio de parcerias público privadas (PPPs) com administrações municipais.

"Iluminação pública é uma grande aposta que queremos fazer, mas é preciso organizar as licitações de maneira adequada, ter os processos de competição bem elaborados e não dar margem para questionamentos [judiciais]", disse o presidente da empresa.

Na área de geração distribuída, a companhia está construindo um condomínio solar em Minas Gerais. A partir dele, os clientes da empresa que não possuem área para instalação de painéis fotovoltaicos poderão comprar cotas de

produção de energia do condomínio e ter acesso a benefícios da fonte solar distribuída.

Há cerca de dois, o grupo francês deu uma forte guinada em âmbito mundial para uma matriz energética mais limpa, buscando se desfazer, dentro do possível economicamente, de seus ativos de geração a carvão. A nova estratégia da companhia é baseada em descarbonização, descentralização e digitalização.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 20/09/2018

Seção: Empresas

Autor: Marcelle Gutierrez | De São Paulo

Título: CSN e governo do Rio fazem acordo sobre usina de aço

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e o Estado do Rio de Janeiro celebraram ontem um termo de ajustamento de conduta (TAC) para manter o pleno funcionamento das operações da Usina Presidente Vargas, localizada em Volta Redonda (RJ).

Conforme comunicado da CSN, a celebração do TAC foi autorizada pelos órgãos do Estado, publicada no "Diário Oficial" e firmado por meio da Secretaria de Estado do Ambiente (SEA), do Instituto Estadual do Ambiente (INEA) e da Comissão Estadual de Controle Ambiental (CECA).

O termo contempla investimentos de R\$ 303 milhões em projetos e ações ambientais na região até agosto de 2024. Segundo a siderúrgica, no comunicado, o TAC "representa um compromisso da companhia com a sustentabilidade das suas atividades, com as comunidades de Volta Redonda e região, bem como com a geração de valor aos seus acionistas, colaboradores e demais stakeholders".

A usina é o principal ativo de siderurgia do grupo e enfrenta problemas desde 2008, sendo que a empresa mantém a licença da unidade graças a sucessivos termos de ajustamento de conduta (TACs).

Em 20 de junho deste ano, a siderúrgica havia informado que o prazo de validade da autorização ambiental para a operação da usina foi prorrogado por 90 dias, prazo que passou a ser contado a partir daquela data.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 20/09/2018****Seção: Empresas****Autor: Camila Maia | De São Paulo****Título: ABB aposta em energia e expande fábrica**

A suíço-sueca ABB inaugura hoje uma extensão da sua fábrica de Sorocaba, em uma aposta no crescimento da demanda por novas tecnologias para distribuição elétrica e soluções no segmento de consumo "inteligente" de energia no país. A privatização das distribuidoras da Eletrobras reforçou essa expectativa por uma onda de modernização nas redes de distribuição em todo o país.

"Basicamente todas as tecnologias necessárias para novas infraestruturas, cidades inteligentes, mobilidade elétrica e integração de renováveis, como solar e eólica, serão produzidas na nova unidade", disse Rafael Paniagua, presidente da ABB no Brasil. Também serão fabricadas soluções digitais voltadas para indústrias no contexto do consumo de energia, incluindo média e baixa tensão.

A decisão do investimento de R\$ 20 milhões na unidade foi tomada no primeiro trimestre do ano passado, refletindo a aposta da ABB na recuperação da economia do país e do consumo de energia. Também serão produzidos equipamentos para exportação para a América do Sul. Paolo Pescali, diretor de produtos de eletrificação para as Américas da ABB, vê grandes oportunidades no mercado local com a retomada da atividade econômica. "Temos grandes oportunidades de crescimento, vemos projetos já no Peru e no Chile", afirmou.

As oportunidades nos mercados da região são um dos três pilares que justificaram o investimento na expansão da fábrica. A ABB também vê oportunidades com a necessidade de modernização das distribuidoras de energia, e na retomada da indústria do país.

"Sabemos que o futuro vai precisar de energia elétrica inteligente, com soluções mais sofisticadas e digitais", disse Paniagua. Segundo ele, a expansão da unidade de Sorocaba vai ajudar a atender essa demanda. Para o presidente da companhia no país, a indústria deve movimentar o mercado de soluções em eletrificação com uma demanda de eficiência cada vez maior.

Com o crescimento de fontes intermitentes na rede, por exemplo, é cada vez mais necessário investir em soluções que permitam a estabilidade da rede, evitando perdas e perda de qualidade no serviço prestado. A mobilidade elétrica, com introdução gradual de carros elétricos no mercado brasileiro, também exige novas tecnologias.

As concessionárias de distribuição também devem apostar nas novas tecnologias. "Nós esperamos uma retomada de investimentos das distribuidoras depois das privatizações das distribuidoras da Eletrobras. Vemos investimentos interessantes no Norte e Nordeste", disse.

Por enquanto, ainda é cedo para ver uma demanda das concessionárias já privatizadas. "Mas estaremos prontos, esperamos que em 2019 comecem a olhar novas tecnologias, novos investimentos para reforçar as redes. Estamos prontos para isso", disse o presidente da ABB no Brasil. O executivo destacou que essas distribuidoras tiveram investimentos muito aquém do necessário nos últimos anos, o que abre um espaço ainda maior para interesse em novas tecnologias e inovação.

Indústrias com consumo intensivo de energia, como siderúrgicas, mineradoras, papel e celulose, e alimentos e bebidas, também são mercados em potencial identificados pela empresa. "Vemos oportunidades como esta tanto no Brasil quando em outros países com indústria em forte desenvolvimento, como Peru, Chile, Colômbia e a Argentina", disse Paniagua.

"Felizmente, temos atuação diversificada em diferentes setores para não ter dependência de nenhum específico", comentou. Isso protege a companhia, de certa forma, das incertezas políticas no Brasil. Segmentos como óleo e gás e papel e celulose, por exemplo, dependem muito mais das condições internacionais do mercado do que das políticas locais.

O segmento de energia tem ajudado a impulsionar o desempenho da ABB no Brasil, apesar do período entre 2015 e 2017 em que o país ficou sem leilões voltados para a contratação de novos projetos de geração renovável. "Estamos convencidos que agora é novamente o momento das energias renováveis, tanto em escala centralizada quanto distribuída", disse Paniagua.

A ABB fornece desde componentes de turbinas eólicas, geradores, até equipamentos para conexão na rede. Em solar, a companhia tem uma posição principalmente em geração distribuída.

A companhia também aposta no segmento de transmissão. "Os últimos leilões foram bem-sucedidos e ainda teremos outro grande pela frente neste ano", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 20/09/2018****Seção: Empresas****Autor: Camila Maia | De São Paulo****Título: Justiça da Holanda permite ação coletiva contra Petrobras**

Os acionistas da Petrobras que não puderam aderir à ação coletiva contra a estatal nos Estados Unidos, encerrada no início desse ano, terão uma nova oportunidade. Depois de mais de um ano e meio de discussões sobre a jurisdição adequada para o caso, o Tribunal Distrital de Roterdã autorizou a abertura da ação coletiva proposta pela Stichting Petrobras Compensation Foundation (SPCF) contra a companhia.

Todos os investidores que tenham negociado ações da companhia fora dos Estados Unidos e que tenham sofrido perdas como resultado dos esquemas de corrupção e pagamento de propina descobertos pela operação Lava-Jato poderão aderir à associação, criada para representar os acionistas no caso. Isso vale para quem negociou ações da petroleira na B3, na bolsa de Madri e na bolsa de Luxemburgo.

A Justiça holandesa entendeu ainda que a cláusula de arbitragem presente no estatuto da Petrobras é "vaga", e não a considerou válida. Com isso, permitiu-se que os investidores da companhia tenham uma alternativa à uma ação na Câmara de Arbitragem de Mercado (CAM) da B3, defendida pela estatal como única corte aceitável para um litígio como esse.

O objetivo é replicar a ação coletiva dos Estados Unidos. Deixando claro que isso não significava uma assunção de culpa, a Petrobras concordou, em janeiro, em pagar cerca de US\$ 3 bilhões para encerrar o processo, valor que deve ser referência para o pleito dos investidores na justiça holandesa.

As negociações de valores mobiliários da Petrobras fora dos Estados Unidos não puderam ser incluídas na ação de Nova York, e os investidores, liderados pela International Securities Associations and Foundations Management Company (ISAF), procuraram uma jurisdição em que um processo semelhante fosse aceito.

A sede internacional da Petrobras fica na Holanda, o que ajudou a justificar a jurisdição do tribunal de Roterdã para o caso. Diferentemente da "class action" dos Estados Unidos, na qual todos que negociaram as ações durante um período de tempo são elegíveis para o grupo representado no litígio, a ação

coletiva na Holanda deve ser liderada por uma associação. Os investidores precisam aderir à SPCF para terem direito a uma eventual indenização.

"Essa foi uma grande vitória para os acionistas globais da Petrobras. Na próxima fase do processo, a fundação vai argumentar que a companhia deve prestar contas pelas informações enganosas prestadas aos investidores", disse, ao **Valor**, Adam Foulke, vice-presidente sênior da ISAF, instituição que foi criada com o objetivo de avaliar e executar ações relacionadas ao mercado de capitais fora dos Estados Unidos.

"As leis da Holanda e da Europa, em termos de tratamento aos acionistas, são semelhantes no espírito de proteção dos direitos", disse Foulke, se referindo à legislação dos Estados Unidos.

Segundo Foulke, mais de 100 investidores institucionais já declararam interesse em aderir à fundação, que seguirá buscando apoio no mundo todo. A condição para a adesão é que não tenham feito parte da ação coletiva americana e nem de outra iniciativa legal contra a companhia.

Investidores que hoje movem arbitragens contra a Petrobras na CAM, por exemplo, precisariam abrir mão dessa ação para aderir à Justiça holandesa. Alguns investidores que estão na "arbitragem coletiva" contra a Petrobras já entraram em contato com os advogados que representam a associação na Holanda para avaliar a troca de jurisdição, disse Foulke.

Pelo cronograma definido ontem, a Petrobras vai registrar um documento se defendendo das acusações em 18 de outubro. A associação que representa os investidores, por sua vez, ajuizará a resposta em 14 de novembro. Em dezembro, deve ser definido o cronograma da ação.

Em nota, a Petrobras destacou que o tribunal holandês ainda não analisou o mérito da ação. "A Petrobras nega todas as alegações apresentadas pela fundação e continua adotando as medidas necessárias para a defesa dos seus interesses", diz o comunicado. **(Colaboraram Rita Azevedo e Renato Rostás, de São Paulo)**

MME / ASCOM .